

# Centro: comunicação e Artes

## Curso: Comunicação

**Título:** A COBERTURA DA MÍDIA E A VIOLÊNCIA URBANA: UMA ANÁLISE DAS UPPS.

**Autores:** Machado, L.S.

**Email:** liliane\_machado@yahoo.com.br **IES:** UERJ

**Palavra Chave:** Comunicação de massa Subjetividade Violência urbana UPP Pobreza

### Resumo:

A pesquisa analisa o papel da mídia na difusão sobre a instalação das UPPs no Rio de Janeiro, buscando elucidar as narrativas do discurso jornalístico sobre criminalidade e segurança pública, assim como apontar as estratégias específicas de difusão de fatos. Analisa-se, também, a produção simbólica através dos meios de comunicação de massa, avaliando o grau de penetrabilidade destes; assim como o projeto político de gestão da segurança pública das UPPs. A mídia constitui-se como instituição educadora influente, formando e legitimando valores a partir daquilo que é veiculado, atuando como mediadora entre a esfera pública e a privada, entre as instituições políticas e os cidadãos comuns. O consumo de informações advindo dos meios de comunicação de massa não restringe este consumo a apenas estas, como o estende aos bens simbólicos intrínsecos àquilo que é veiculado, considerando-se a mídia como a principal fornecedora das informações sobre a realidade, como intermediadora entre o mundo real e suas informações e os cidadãos. Tratando-se da difusão de bens simbólicos através da economia simbólica promovida, a influência da mídia atua na construção dos sujeitos através de sua contribuição na formação do habitus (Bourdieu) dos indivíduos e na construção do imaginário social acerca da realidade. Os constructos simbólicos produzidos e difundidos possuem grande determinação no mal-estar social e na concepção de mundo dos indivíduos, de forma que, a veiculação da gestão da (in)segurança e da violência no país pela televisão, é fundamental na produção da subjetividade destes. A gestão da segurança pública cumpre, socialmente, funções que vão além da gestão em si e da punição das ações consideradas indesejáveis, uma vez que uma de suas finalidades é ser exibida em sua execução (Wacquant, 2007), servindo de modelo para o aumento de repressão que marginaliza uns e atende aos anseios de uma sensação de segurança de outros, independente do desrespeito aos direitos humanos. Pensar sobre o projeto das UPPs refere-se à forma como a mídia e a gestão da segurança atuam na produção de simbolismos sobre as comunidades carentes e aqueles deixados à margem da sociedade, pois é através da lógica de repressão e endurecimento de políticas policiais e judiciais divulgadas pelos jornais que se busca desenvolver, no imaginário social, o sentimento de segurança subjetivo. A gestão da segurança é, assim, responsável pela administração dos estratos “problemáticos” da sociedade. A cobertura da violência urbana apresenta análise superficial que corrobora com a ideia de endurecimento da repressão e violência policial, legitimando as ações executadas, que são reforçadas pelo posicionamento do aparelho de governo e judicial diante desta postura, dispensando a reflexão sobre as contradições socioeconômicas geradas pelo capitalismo e a segregação de parcelas desfavorecidas da sociedade. São nestes locais onde se podem verificar os maiores índices de criminalidade, onde a presença das instituições públicas limita-se a entrada da polícia que atua através de práticas generalizantes e que, desrespeitando os direitos humanos básicos, geram a criminalização da pobreza. O manejo da lei-e-ordem atua como um espelho que deforma a realidade até o grotesco, extraindo os comportamentos delinquentes da trama das relações sociais nas quais estão enraizados, ignorando suas causas e significados (Wacquant, 2007). Esta atuação transforma a luta contra o crime em um “teatro burocrático-midiático” que alimenta o desejo social de ordem, reafirmando a autoridade do Estado, erigindo a prisão como baluarte contra as desordens, difundidas como capazes de ameaçar a sociedade, legitimando o uso da força militar no ordenamento das comunidades. A difusão simbólica produz o medo e contribui com a criminalização da pobreza no espaço público e produz, nos indivíduos, uma intolerância em relação às comunidades e seus moradores, uma vez que encarnam simbolicamente a insegurança social generalizada.☐

